

Nacionalismo, regionalismo e globalismo

Octávio Ianni

Sociólogo, professor da Unicamp, publicou diversos livros, sendo os mais recentes *A Sociedade Global* (Civilização Brasileira, 1993) e *Teorias da Globalização* (idem)

O nacionalismo continua a ser uma força social, econômica, política e cultural decisiva. Em diferentes gradações, os diversos grupos sociais e as distintas classes sociais participam do jogo das forças que se expressam em termos de nacionalismo.

No fim do século XX, dentre os dilemas mais notáveis com os quais se defrontam as nações e as nacionalidades, destaca-se o contraponto nacionalismo, regionalismo e globalismo. Essas podem ser consideradas três polarizações particularmente decisivas, quanto ao jogo das forças sociais, às controvérsias políticas, às opções econômicas ou aos movimentos da história. As perspectivas históricas e teóricas com as quais se defrontam todos e cada um dos países da América Latina, África, Ásia e também Europa e América do Norte envolvem essas polarizações.

É claro que o contraponto nacionalismo, regionalismo e globalismo não esgota a problemática mundial no fim do século XX, quando já se anuncia o XXI. Há outros dilemas que expressam aspectos também fundamentais dessa problemática. Entre outros, cabe mencionar os seguintes: raça, povo e nação; classe e casta; religião e política; militarismo e civilismo; centralismo e federalismo; centro e periferia; tradicional, moderno e pós-moderno; secularismo e fundamentalismo; tirania e democracia; democracia política e democracia política e social; fordismo, toyotismo e desemprego estrutural; migração, xenofobia, etnicismo e racismo; revolução e contra-revolução; guerra e revolução; capitalismo e socialismo. São diferentes aspectos da complexa problemática mundial, se pensamos na dinâmica de cada uma e todas as nações, tendo em conta as suas peculiaridades, diferenças e convergências. Mas é possível reconhecer que boa parte dessa problemática está simbolizada no contraponto nacionalismo, regionalismo e globalismo. São polarizações que caracterizam o presente, expressam heranças mais fortes do passado e podem abrir perspectivas para o futuro.

O nacionalismo continua a ser uma força social, econômica, polí-

tica e cultural decisiva. Em diferentes gradações, os diversos grupos sociais e as distintas classes sociais participam do jogo das forças que se expressam em termos de nacionalismo. Alguns são exacerbados, patriotas, autoritários ou até mesmo fundamentalistas. Outros desenvolvem atividades e idéias flexíveis, tolerantes, democráticas. Há de tudo no que se pode denominar nacionalismo, de extrema direita à extrema esquerda, com muitas variações de permeio.

Nas mais diversas épocas e conjunturas da história moderna e contemporânea, naturalmente com as peculiaridades próprias de cada país, o nacionalismo está mais ou menos presente, como prática ou ideário, como força social ou como discurso político. As estratégias ou os modelos de desenvolvimento nacional, tais como economia primária exportadora, industrialização substitutiva de importações, industrialização orientada para a exportação, revolução nacional ou revolução social, entre outras, sempre se concretizam com base em alguma prática ou discurso nacionalista. O mesmo se pode dizer das estratégias ditas liberais, populistas, fascistas, neoliberais, comunistas, sociais democráticas ou socialistas. O nacionalismo impregna de modo mais ou menos aberto ou difuso o jogo das forças e das controvérsias, compreendendo suas implicações sociais, econômicas, políticas e culturais, tudo isso expresso em movimentos sociais, partidos políticos e correntes de opinião pública.

Talvez se possa dizer que as quarteladas e os golpes de estado, assim como as revoluções e as contra-revoluções, realizam-se em nome de algum tipo de nacionalismo. As práticas e os discursos sobre reforma do estado, mercado emergente ou modernização, frequentes em países africanos, asiáticos, do leste europeu e latinoame-

ricanos, em geral apelam também ao nacionalismo.

Mas no fim do século XX, o nacionalismo está posto em causa, sob todas as suas modalidades. O jogo das forças sociais, as controvérsias políticas, as opções econômicas e os movimentos da história ultrapassam decisivamente as fronteiras da geografia, as condições da soberania e as possibilidades da hegemonia.

Ocorre que o globalismo está desatado pelo mundo afora. O jogo das forças sociais, as controvérsias políticas, as opções econômicas e os movimentos da história estão lançados em âmbito global. No fim do século XX, está em curso a globalização do capitalismo. As forças produtivas do capitalismo, tais como o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho social, o mercado, o planejamento e a violência monopolizada pelo estado, todas essas forças cujas capacidades se intensificam, generalizam em grande escala, agilizadas pelas técnicas eletrônicas. As empresas ou corporações transnacionais mobilizam todas essas forças, além dos limites de todo e qualquer estado nacional, além das diversidades dos regimes políticos, das tradições culturais e até mesmo das inclinações de amplos setores sociais de cada nação. Ainda que haja uma evidente e múltipla diferenciação na forma pela qual cada estado nacional é alcançado, envolvido ou sobrepujado pela atividade, o planejamento e a geoeconomia das transnacionais, é claro que frequentemente se tornam indispensáveis, se impõem ou mesmo subordinam estados nacionais.

Grande parte das realizações e dos debates envolvendo os problemas da "reforma do estado" relacionam-se à expansão das forças produtivas e das relações de produção provocada pela globalização do capitalismo. Trata-se de reformar os aparelhos estatais e modificar as relações do estado com a sociedade nacional de modo a agilizar e generalizar as condições propícias ao desenvolvimento da produção, distribuição, troca e consumo; ou à reprodução ampliada do capital, em escala mundial. Esse o contexto em que se preconiza e pro-

Mas no fim do século XX, o nacionalismo está posto em causa, sob todas as suas modalidades. O jogo das forças sociais, as controvérsias políticas, as opções econômicas e os movimentos da história ultrapassam decisivamente as fronteiras da geografia, as condições da soberania e as possibilidades da hegemonia.

move a reforma do estado, isto é, a privatização, a desestatização, a desregulação e a abertura de mercados, de modo a intensificar a produtividade, generalizar a modernização dos processos de trabalho e produção, dinamizar a reprodução ampliada do capital. Tudo se privatiza, moderniza ou racionaliza, desde as organizações de saúde, educação e habitação às atividades relativas à cultura em geral, ao entretenimento, à fabricação de mundos virtuais. A rigor, muito do que se sintetiza na expressão "reforma do estado" diz respeito às exigências da globalização do capitalismo, de forma a ampliar os espaços e as fronteiras da reprodução ampliada do capital. Simultaneamente, a reforma do estado suscitada por essa globalização implica em rearranjos às vezes profundos entre o estado e a sociedade civil¹.

O regionalismo situa-se precisamente no contraponto nacionalismo e globalismo. Em um mundo ainda povoado de nacionalismo de todos os tipos, impregnando realizações, heranças e mitos presentes na vida sócio-cultural de povos e coletividades, ou nações e nacionalidades, bem como grupos e classes sociais, movimentos sociais e partidos políticos, esse mundo não suporta facilmente a força mais ou menos inexorável da globalização do capitalismo.

Sob vários aspectos, o regionalismo, a integração regional, a regionalização e outras realizações ou propostas que se multiplicam no fim do século XX podem ser vistas

como condições e produtos do contraponto nacionalismo e globalismo. Entre nacionalismo e globalismo, ou vice-versa, são muitas as tensões e são muitos os atritos que emergem de permeio aos arranjos ou acomodações. É certo que no interior de cada nação há grupos e classes sociais, da mesma forma que empresas e corporações, tanto quanto partidos políticos e correntes de opinião pública que se empenham na adequação do nacionalismo ao globalismo, e vice-versa. Mas no interior da mesma nação há grupos e classes sociais, empresas e corporações, partidos políticos e correntes de opinião pública que se identificam com a nação, o território, a pátria, a reserva de mercado, a moeda, o hino, a bandeira, as tradições nacionais, a soberania, o projeto nacional. Esse o contexto em que se desenvolvem tensões e atritos simultaneamente aos arranjos e às acomodações. E esse mesmo é o contexto em que uns e outros, nacionalistas e transnacionalistas, com frequência convergem para a integração regional, a regionalização ou o regionalismo. Uns supõem que o regionalismo pode fortalecer a nação, ao passo que outros sabem que o regionalismo é a mediação indispensável entre o nacionalismo e o globalismo².

A verdade é que o regionalismo permite ampliar e dinamizar os mercados nacionais, inserindo-os em um todo mais amplo, que os integra. Assim se reformulam,

1. Lucio Oliver Costilla, "La Reforma del Estado en América Latina: Una Aproximación Crítica", Estudios Latinoamericanos, n° 2, México, 1994, pp. 3-29; John Holloway, "La Reforma del Estado: Capital Global y Estado Nacional", Perfiles Latinoamericanos, Año 1, n° 1, Flacso, México, 1992, pp. 7-32; Raymond Vernon (Compilador), La Promesa de la Privatización (Un Desafío para la Política Exterior de los Estados Unidos), trad. de Eduardo L. Suárez, Fondo de Cultura Económica, México, 1992.

2. Alejandro Dabat, El Mundo y las Naciones, Universidad Nacional Autónoma de México, Cuernavaca, 1993; Raul Bernal-Meza, Claves del Nuevo Orden Mundial, Grupo Editor Latinoamericano, Buenos Aires, 1991; Alfredo Guerra-Borges (coord.), Nuevo Orden Mundial: Reto para la Inserción de América Latina, Universidad Nacional Autónoma de México, México, 1994; Carlos M. Vilas, América Latina en el "Nuevo Orden Mundial", Universidad Nacional Autónoma de México, México, 1994.

reduzem ou mesmo anulam fronteiras. Dinamizam-se os negócios, os fluxos de mercadorias, as campanhas publicitárias, a circulação de técnicos e gerentes, os desenvolvimentos do capital. Aproveitam-se as tecnologias mais avançadas, o que provoca a modernização, absorção ou extinção de empresas baseadas em tecnologias consideradas ultrapassadas. Juntamente com a modernização dos processos de trabalho e produção, desenvolve-se a reforma dos estados nacionais, a desestatização, desregulação, privatização e abertura de mercados. É claro que os governos nacionais são agentes ativos da regionalização. Inclusive mobilizam-se agências e organizações nacionais nesse processo. Simultaneamente, no entanto, criam-se agências e organizações regionais, destinadas a viabilizar e dinamizar os objetivos e os meios que favoreçam e acelerem a regionalização. Em larga medida, todas essas mudanças são postas em prática também, ou principalmente, em conformidade com os interesses das empresas ou corporações transnacionais. Além dos objetivos desta ou aquela nação, ou de diferentes setores sociais nacionais, na base do processo de regionalização está a geoeconomia das transnacionais. Ainda que não sejam os únicos, e realmente há vários na região, é inegável que as transnacionais são os agentes mais ativos, ou decisivos, na dinâmica da regionalização. Elas são os agentes e os beneficiários mais evidentes e imediatos do modo pelo qual a globalização do capitalismo engendra o regionalismo e modifica as condições e as possibilidades do nacionalismo.

É óbvio que o contraponto nacionalismo, regionalismo e globalismo gera desafios práticos e teóricos da maior importância e da máxima urgência. São desafios provocados pelas transformações mais ou menos drásticas que a globalização do capitalismo está provocando nos quadros sociais e mentais de referência. Vale a pena examinar alguns desses desafios, ainda que em forma breve.

Esse o contexto em que ressurge

No contraponto entre nacionalismo, regionalismo e globalismo, que envolve também o contraponto imperialismo e interdependência, o estado-nação está mudando de lugar, tornando-se secundário, ou desenvolvendo-se ainda mais como elo de processos e estruturas globais.

o debate sobre os impasses e as perspectivas do estado-nação. Desde que se desenvolve a globalização do capitalismo, em cujo âmbito emerge o regionalismo, logo se colocam as implicações práticas e teóricas sobre a vigência e o futuro do estado-nação. As condições e as perspectivas da soberania e da hegemonia são postas em causa. Mesmo porque são diversos, se não numerosos, os exemplos históricos notáveis de projetos nacionais mutilados, frustrados ou simplesmente derrotados. A história da Europa, Ásia, África e Américas no século XX, em especial nas décadas posteriores à segunda guerra mundial, compreendendo a guerra fria e além desta, registra vários casos de projetos de capitalismo e socialismo nacionais bloqueados ou derrotados. No contraponto entre nacionalismo, regionalismo e globalismo, que envolve também o contraponto imperialismo e interdependência, o estado-nação está mudando de lugar, tornando-se secundário, ou desenvolvendo-se ainda mais como elo de processos e estruturas globais. As condições de sociedade civil, da sociedade nacional ou de estado-nação são postas em causa, não só em suas possibilidades econômicas, mas também sociais, políticas e culturais. As geoeconomias ou geopolíticas das transnacionais, de forma independente ou em conjugação com as nações mais poderosas, concretizam-se em processos e estruturas que com frequência se impõem e sobrepõem aos estados

nacionais. E assim se abalam ou dissolvem soberanias e hegemonias.

No âmbito das polarizações envolvidas no contraponto nacionalismo, regionalismo e globalismo, logo sobressai a problemática **sociedade civil e estado nacional**. Tanto a sociedade civil como o estado nacional são atingidos de forma mais ou menos avassaladora pelos desenvolvimentos das forças produtivas e das relações de produção que promovem e acompanham a globalização do capitalismo. As condições e as possibilidades dos grupos e classes sociais, dos movimentos sociais e dos partidos políticos, das controvérsias ideológicas e das correntes de opinião pública, tudo isto muda de significado se a economia nacional, a sociedade nacional e o estado-nação transformam-se em províncias da economia mundial, da sociedade civil mundial e das estruturas globais de poder³.

Sim, as condições e as possibilidades do **projeto nacional**, na maioria dos países, estão sendo alteradas. Na medida em que a sociedade civil, a economia nacional e o estado-nação transformam-se em províncias do globalismo, o projeto nacional fica posto em causa. Seja ele autoritário ou democrático, liberal ou socialista, as condições e as possibilidades de sua realização tornam-se mais difíceis.

Mais do que nunca, o projeto nacional se revela problemático, frequentemente difícil e às vezes inclusive impossível.

Em primeiro lugar, cabe reconhecer que as forças sociais presentes no âmbito da sociedade nacional não são homogeneamente identificadas com a nação, a soberania ou a hegemonia. Uma parte delas pode estar identificada com forças sociais, econômicas, políticas, geoeco-

3. Joseph A. Camilleri e Jim Falk, *The End of Sovereignty? (The Politics of a Shrinking and Fragmenting World)*, Edward Elgar Publishing Limited, Aldershot, England, 1992; Sol Picciotto, "The Internationalisation of the State", *Capital & Class*, n° 43, 1991, pp. 43-63; John B. Goodman e Louis W. Pauly, "The Obsolescence of Capital Controls? (Economic Management in an Age of Global Markets)", *World Politics*, vol. 46, n° 1, Princeton, 1993; Kenichi Ohmae, "The Rise of the Region State", *Foreign Affairs*, Spring 1993, pp. 78-87.

nômicas ou geopolíticas centralizadas em outros países, ou em matrizes de empresas e corporações transnacionais.

Há partidos políticos e correntes de opinião pública, com frequência apoiados em meios de comunicação de massa, que operam direta, contínua e amplamente com base em suas articulações transnacionais. São em geral arautos da reforma do estado, compreendendo a desregulação, desestatização, abertura de mercados etc. Em muitos casos, são grupos e classes sociais dominantes que se inserem nessa dinâmica, situando-se direta e abertamente no âmbito do transnacionalismo. Nesse sentido é que uma parte importante da problemática da globalização do capitalismo implica no que se poderia denominar de **globalização pelo alto**.

Em segundo lugar, cabe reconhecer que a outra parte das forças sociais presentes no âmbito da sociedade nacional possui escassas ou nulas vinculações com as contrapartes em outros países. As classes e os grupos sociais subalternos em geral encontram-se limitados aos seus respectivos países, o que se expressa claramente em seus movimentos sociais, partidos políticos, correntes de opinião pública e projetos. A transnacionalização organizada das classes e grupos subalternos ainda é incipiente, devido à carência de recursos materiais, tecnológicos ou organizatórios; e às vezes também devido ao fato de que se encontram comprometidos com práticas e ideais nacionalistas que se tornam ou já se tornaram

A transnacionalização organizada das classes e grupos subalternos ainda é incipiente, devido à carência de recursos materiais, tecnológicos ou organizatórios; e às vezes também devido ao fato de que se encontram comprometidos com práticas e ideais nacionalistas que se tornam ou já se tornaram insustentáveis; ou simplesmente obsoletos. Está posto o desafio com que se desenvolva a globalização desde abaixo.

insustentáveis; ou simplesmente obsoletos. Está posto o desafio com que se desenvolva a **globalização desde abaixo**.

Em conexão com esse jogo de forças sociais, e como um dos seus ingredientes essenciais, logo se coloca a **problemática da cultura e do imaginário**, compreendendo as condições e as possibilidades do pensamento. Intensificam-se e generalizam-se as atividades e as influências da indústria cultural, de tudo o que se relaciona com a cultura de massa, em âmbito nacional, regional e mundial. Desenvolve-se uma cultura popular de cunho direta e abertamente transnacional, na qual tudo que é local

ou nacional se recria como mundial, desterritorializado, virtual. Também as atividades e produções científicas, artísticas e filosóficas, naturalmente em diferentes graduações, são lançadas direta e abertamente em âmbito transnacional. São várias as implicações da globalização que afetam direta e indiretamente o âmbito da cultura e do imaginário, provocando desafios, debates, pesquisas e aflições relacionados com a problemática da "cultura nacional", do "patrimônio cultural nacional" ou da "identidade cultural", entre outros temas⁴.

Mais uma vez, o que está em causa é o reconhecimento dos processos e estruturas que constituem a transnacionalização da cultura. Não se trata de focalizar apenas o que é "nacional", "tradição", "patrimônio" ou "identidade", mas de examinar essas e outras realidades também no âmbito da transnacionalização, da desterritorialização, da emergência de um imaginário produzido e dinamizado direta e amplamente como global e virtual.

Sob vários aspectos, pois, as polarizações envolvidas no contraponto nacionalismo, regionalismo e globalismo abrem desafios práticos e horizontes teóricos da maior importância e da máxima urgência.

4. Renato Ortiz, *Mundialização e Cultura*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1994; Armand Mattelart, *La Communication-Monde (Histoire des Idées et des Stratégies)*, Éditions La Découverte, Paris, 1992; Teresa Pacheco Mendez, "Modernización, Cultura y Desarrollo Regional, Un Marco de Referencia", *Comercio Exterior*, vol.45, n° 2, México, 1995, pp. 152-158.